

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA Expediente nº 20.27.0010.0002419/2025-41

Ofício nº 1.429/2025 - GPGJ

Aracaju, 30 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor Deputado **Jeferson Luiz de Andrade** Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe <u>sgm@al.se.leg.br</u> **Aracaju/SE**

Assunto: Encaminhamento. Projeto de Lei Complementar.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, nos termos do art. 35, I, "d", da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência o **Projeto de Lei Complementar** anexo, aprovado pelo Colendo Colégio de Procuradores de Justiça, através da **Resolução nº 027/2025 – CPJ**, datada de 30 de outubro de 2025, que "altera dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas".

Reiterando votos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Nilzir Soares Vieira Junior Procurador-Geral de Justiça Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Expediente assinado eletronicamente por **Nilzir Soares Vieira Junior***, em **30/10/2025 13:58:09**, conforme art. 1°, III,"b", da Lei 11.419/2016.



A validade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/Publico.html#/Expediente/ConsultaPublica

informando o número do expediente: 20.27.0010.0002419/2025-41

ALESE/SGM

RECEBIDO

Em. 39/0/2025

Telma Pureza Silva de Andrade Melo



Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade com o identificador 3100310032003600330034003A005000, Documento assinado digital negativa com o identificador 3100310032003600330034003A005000, Documento assinado digital negativa contormido por Rosenaldo Aragao Lima Junior em 32/1.0420134201-14.063/2020.



Ofício nº 1.429/2025 - GPGJ

Aracaju, 30 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor Deputado **Jeferson Luiz de Andrade** Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe sgm@al.se.leg.br **Aracaju/SE**

Assunto: Encaminhamento. Projeto de Lei Complementar.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, nos termos do art. 35, l, "d", da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência o **Projeto de Lei Complementar** anexo, aprovado pelo Colendo Colégio de Procuradores de Justiça, através da **Resolução nº 027/2025 – CPJ**, datada de 30 de outubro de 2025, que "altera dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas".

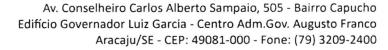
Reiterando votos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-

Atenciosamente,

Nilzir Soares Vieira Junior Procurador-Geral de Justiça Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça



nos.







RESOLUÇÃO № 027/2025 - CPJ DE 30 DE OUTUBRO DE 2025

Aprova **Projeto de Lei Complementar** que "altera dispositivo da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas".

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições legais previstas na Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, e

Considerando a Resolução nº 253, de 29 de novembro de 2022, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a aplicação das Leis Federais nº 13.093, de 12 de janeiro de 2015, e nº 13.095, de 12 de janeiro de 2015, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 256, de 27 de janeiro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a cumulação de acervo processual, procedimental ou administrativo no âmbito do Ministério Público da União e dá outras providências;

Considerando que os mencionados atos normativos possibilitaram a indenização dos dias de licença compensatória adquiridos;

Considerando o disposto na Lei Complementar Estadual nº 390, de 09 de outubro de 2023, que instituiu a licença compensatória no âmbito do Ministério Público de Sergipe;

Considerando a necessidade de valorizar o desempenho e a produtividade dos Membros como instrumento de gestão do acervo de processos e de procedimentos dos Órgãos Ministeriais, impulsionando a proatividade e a resolutividade em sua atuação;

Considerando que o Pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe, em sesão realizada no dia 21 de outubro de 2025, aprovou Projeto de Lei que altera a Lei Complementar Estadual nº 88, de 30 de outubro de 2003 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), modificando dispositivos relacionados à licença compensatória;



Considerando a necessidade de se manter, em Sergipe, a simetria constitucional entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura, estruturadas com um eminente nexo nacional, como consectário das normas constitucionais que regem e organizam essas instituições, tendo sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em diversos julgados, e pelos Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP);

Considerando que as alterações refletem a realidade de outros ramos do Ministério Público brasileiro,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o **Projeto de Lei Complementar** anexo que "altera dispositivo da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas".

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Edifício "Governador Luiz Garcia", em Aracaju, 30 de outubro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Nilzir Soares Vieira Junior
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça



PROCURADORES DE JUSTIÇA:

1	
The Genting to Tendone	Todoyerques Vin
Maria Cristina da G. e S. Foz Mendonça	Rodomarques Nascimento
Oca in Property Control	
Josenias França do Nascimento	Ana Christina Souza Brandi
Josemus França do Nasquinento	And Christina 30020 Brundi
063	Mcarkacindor
Celso Luís Dória Leó	Maria Conceição de Figueiredo Rolember
- Am	And Day That 10
Carlos Augusto Alcântara Machado	Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana	Paulo Lima de Santana
	200
Eduardo Barreto d'Avila Fontes	Luiz Alberto Moura Argujo
Despuis Jours Fil	ful flot
// Deijariro Jonas Filho	Eduardo Lima de Matos



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № DE DE DE 2025

Altera dispositivo da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do art. 115-B da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 115-B (...)

§ 1º A proporção de dias de licença compensatória por dias trabalhados, nas condições do "caput" deste artigo, e a regulamentação desse direito, devem ser estabelecidas por proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça. (NR)

Art. 2º Fica o Ministério Público de Sergipe autorizado a republicar a Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, consolidada com todas as alterações promovidas por esta e por outras Leis Complementares anteriores.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Aracaju, de República. de 2025; 204º da Independência e 137º da

FÁBIO CRUZ MITIDIERI GOVERNADOR DO ESTADO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,

No exercício de sua autonomia funcional e administrativa, consagradas no art. 127, § 2º, da Constituição Federal e art. 116, § 5º, da Constituição Estadual, o **Ministério Público de Sergipe (MPSE)** encaminha a essa Augusta Assembleia Legislativa **Projeto de Lei Complementar**, objetivando alterar dispositivo da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990.

O presente projeto visa aperfeiçoar dispositivo que trata da licença compensatória no âmbito do MPSE, valorizando o desempenho e a produtividade dos Membros do *Parquet* como instrumento de gestão do acervo de processos e de procedimentos dos órgãos Ministeriais, impulsionando a proatividade e a resolutividade em sua atuação.

A alteração proposta para o § 1º do art. 115-B suprime o limite mensal de 10 (dez) dias de licença compensatória, proporcionando maior flexibilidade ao regime de compensação dos membros que atuam em condições funcionais excepcionais.

Registramos que a proposta de alteração segue a simetria constitucional entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura, estruturadas com um eminente nexo nacional, como consectário das normas constitucionais que regem e organizam essas instituições, tendo sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em diversos julgados, e pelos Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ), do Ministério Público (CNMP), e em outros ramos do Ministério Público brasileiro.

Essa adequação harmoniza a Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, com o modelo recomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público e, cumpre enfatizar, não implica aumento de despesa.

Expostos os motivos que moveu o Ministério Público a encaminhar este Projeto de Lei Complementar, honra-nos renovar a Vossas Excelências a nossa confiança em que o Poder Legislativo, habitualmente sensível aos pleitos do Ministério Público, haverá de aprová-lo, proporcionando a esta instituição os meios necessários para bem servir à sociedade.

Aracaju, 30 de outubro de 2025.

Nilzir Spares Vieira Junior Procurador-Geral de Justiça Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade utilizando o identificador 3100310032003600330034003A005000

Assinado eletronicamente por Paulo Vieira da Cunha Filho em 31/10/2025 10:48 Checksum: 73B487179B66DC9A60334696C777A2430DA57716E158AEF1EB8D98C7E503DBA2

